

VIVÊNCIA DE CAMPO REALIZADA NA CIDADE DE PETRÓPOLIS/RJ – O CASO DAS INTERVENÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS

Lúcio Paulo de Souza Gouvêa¹
Alexandre José Almeida Teixeira²
Francine Damasceno³

Introdução

Em sintonia com a temática do XVII Encontro de Ciências Sociais e XVI Semana de Geografia e Meio ambiente 2015, eventos realizados nas Faculdades Integradas Campo-Grandenses/FIC, os alunos do curso de Ciências Sociais e Geografia realizaram um trabalho de campo na cidade de Petrópolis, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro.

A abordagem temática foi direcionada para o estudo das intervenções e violações sócio-ambientais no bairro de Duarte da Silveira e no distrito de Itaipava, mais precisamente na localidade denominada de Vale do Cuiabá.

Sob orientação e supervisão dos professores Alexandre Teixeira (FIC) e Umberto Eller Junior (FIC), foi realizada uma atividade de campo no dia 30 de maio de 2015, cujo objetivo foi propiciar aos alunos a possibilidade de acompanhar e analisar os processos de intervenções que vêm sendo realizadas pelo poder público nas suas diferentes esferas, principalmente no âmbito federal, no caso de Duarte da Silveira, e estadual, no caso do Vale do Cuiabá.

Para todos os alunos e professores, especialmente do curso de Geografia, esta vivência e acompanhamento dos processos de intervenção social, foi uma experiência concreta do próprio conceito-chave de território, usado para estudar as relações entre espaço e poder, relações estas que se estabelecem com as remoções de populações nativas de seu espaço original.

2. Atividade de campo

O primeiro ponto de parada, no dia trinta de maio de dois mil e quinze, foi na entrada do Bairro Duarte da Silveira, que se apresenta bastante degradado e sem as condições mínimas de qualidade de vida, com inexistência e pouca eficiência dos serviços de saneamento básico e segurança.

A maioria dos moradores é nativa da região e criou vínculos de afetividade com o lugar e estabeleceram sua sobrevivência ali, mesmo que precariamente.

¹ Aluno do curso de Geografia da FEUC

² Professor do curso de Geografia da FEUC

³ Doutora em Ciências Sociais e Advogada

Lúcio Paulo de Souza Gouvêa¹
Alexandre José Almeida Teixeira¹
Francine Damasceno³

Durante a manhã, foi possível acompanhar o depoimento emocionado de moradores e líderes comunitários (figura 1), que se estabeleceram na região durante muitos anos, desde quando a área ainda servia de depósito de lixo para o município de Petrópolis, local onde as famílias extraíam os resíduos para o seu sustento.



Figura 1: Entrevista dos alunos com os moradores de Duarte da Silveira

A comunidade também tem sofrido com a possibilidade de remoção das edificações, uma vez que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) alega que sua área está inserida nos limites da Reserva Biológica de Tinguá, unidade de conservação com propósito de proteção integral, cujas atividades desenvolvidas em seu território são altamente restritivas. De acordo com o Ibama (2006), a unidade abrange parte dos municípios de Nova Iguaçu (55,14 %), Duque de Caxias (37,44 %), Petrópolis (4,26%) e Miguel Pereira (3,16 %).

Em 2006, o plano de manejo da unidade de conservação chamava a atenção para o fato de que havia edificações dentro da Reserva e que uma solução precisava ser encaminhada para o problema, uma vez que a área é comprovadamente de posse da União:

“Apesar da existência de pessoas residindo no interior da Reserva Biológica do Tinguá, toda sua área é comprovadamente de posse da União. Os principais problemas são: a invasão conhecida como Duarte da Silveira em Petrópolis, e a controvérsia por parte da administradora da Represa de Saracuruna (Reduc-Petrobras) sobre os limites da Rebio. As ocupações não se configuram problemas fundiários e sim ocupações ilegais, portanto, de solução administrativa/jurídica. O chefe da Unidade deve incrementar as ações de resguardo da área da UC”.(IBAMA, 2006)

A população, em reuniões com o órgão ambiental, sempre salienta que a unidade de conservação foi criada após a implantação da comunidade, em 1989, alegando que esse fato poderia garantir o direito à indenização pela área ocupada.

Se por um lado faz-se necessário que haja uma política pública de controle de moradias para que o crescimento desordenado não venha a colocar em risco as unidades de conservação, por outro lado, deve-se verificar a forma desproporcional como esse processo de remoção está sendo conduzido. Nos últimos anos, esse mecanismo tem sido feito através da violência e ameaças veladas à população local, fato que tem alimentado um sentimento de revolta e indignação em toda a comunidade.

Diante do autoritarismo e das incertezas frente ao futuro, a comunidade está recebendo ajuda jurídica do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH), com a participação da Doutora em Ciências Sociais e advogada Francine Damasceno, que acompanhou o grupo de alunos da FEUC/FIC durante todo o trabalho de campo, mostrando *in loco* as mazelas e desmandos do capital na região, bem como as angústias e anseios dos moradores de Duarte da Silveira em sua luta pela permanência.

O seu envolvimento com essa questão tornou a profissional referência no combate a esse processo de opressão motivado pelo Estado, que, por sua vez, não vem respeitando o patrimônio sociocultural daquela comunidade. Porém, há de se destacar que, dentro da reserva biológica, existem trechos da rodovia BR-040 que causam impactos significativos à biodiversidade local. Dentro da unidade, também é possível constatar trechos de dutos de óleo e gás sob a responsabilidade de Petrobras, cujo funcionamento acarreta riscos expressivos, principalmente no caso de rompimento ou grandes danos às suas estruturas. Dessa forma, vale destacar que a comunidade de Duarte da Silveira ocupa uma área bastante reduzida no limite territorial da reserva e os danos ambientais seriam inexpressivos, se comparados aos riscos dos dutos.

Lúcio Paulo de Souza Gouvêa¹
Alexandre José Almeida Teixeira¹
Francine Damasceno³

Talvez seja importante destacar que a direção da reserva perde uma boa oportunidade de realizar um trabalho em conjunto com a comunidade de Duarte da Silveira de forma a integrar a população em projetos de conservação ambiental. Os próprios moradores poderiam ser agentes de fiscalização e denúncia de práticas de crimes ambientais e, dessa forma, contribuir para a preservação da fauna e flora da floresta.

No final de 2011, por iniciativa da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas/2016, foi lançado um Dossiê sobre Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil (Tema tratado no último Encontro de Ciências Sociais e Semana de Geografia de 2014). O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro lançou também o “Dossiê Rio”, tratando especificamente das violações dos direitos humanos no Estado. Esta versão oferece informações atualizadas e demonstra situações de nítido desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Coletivo à Cidade, que envolvem também o direito à moradia, à mobilidade, ao meio ambiente, ao trabalho, à participação, entre outros.

Além das remoções, estão em curso transformações muito mais profundas na dinâmica urbana do Estado, que envolvem novos processos de elitização e mercantilização do espaço das cidades, colocando à margem as populações locais e de menos recursos financeiros, como ocorre em Duarte da Silveira, e criando assim, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, como diz o próprio dossiê:

“As violações do direito humano à moradia cometidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através da prática das remoções não são casos isolados, mas se constituem numa política de reorganização do lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro, conforme os interesses imobiliários e as oportunidades de negócios”
(COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, p. 8)

Após as reflexões socioambientais realizadas em Duarte da Silveira, o grupo seguiu até o distrito de Itaipava, especificamente no vale do rio Cuiabá, região que sofreu terrivelmente com as chuvas torrenciais ocorridas no Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011. Tal tragédia causou a destruição de muitas residências e estima-se que centenas de pessoas foram mortas, sendo que muitos corpos nunca foram encontrados

Em Itaipava, juntamente com Francine Damasceno, foi apresentado o líder da Associação de Moradores do local, cuja família reside no vale do Cuiabá por décadas e que também sofreu a perda de familiares durante o desastre de 2011 (Figura 2).



Figura 2: Participação da Doutora Francine Damasceno no Vale do Cuiabá.

O líder da Associação de Moradores, que vem acompanhando todo o processo de descaso das autoridades governamentais, com as vítimas de soterramento e remoções provocadas pelas chuvas, informou em um relato emocionado que, até o momento, não foram disponibilizados recursos para socorrer as vítimas. A proposta do Estado seria a construção de pequenos apartamentos, com 40m², em outra localidade, bastante afastada, para realocar os desabrigados. Isso prova mais uma vez o descaso das autoridades públicas com as populações nativas, e o seu verdadeiro propósito de empurrar estes moradores para áreas periféricas, abrindo espaço para os interesses especulativos do Capital.

Após a tragédia, o Instituto de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) realizou obras no leito do rio Cuiabá e no seu entorno a fim de evitar novas inundações na localidade. Por outro lado, removeu uma grande quantidade de famílias que vivia durante décadas usando

Lúcio Paulo de Souza Gouvêa¹
Alexandre José Almeida Teixeira¹
Francine Damasceno³

o rio como sustento de suas atividades. Ora, se foram feitas obras de controle de inundação, porque remover as pessoas? Quais os interesses envolvidos nessa remoção?

Considerações Finais

De forma geral, o trabalho de campo apresentou-se com momentos de profunda aprendizagem e reflexão para todos, professores e alunos, que puderam assim, vivenciar de forma prática e entender o quão atual e conveniente é o tema tratado pela Semana de Geografia e Ciências Sociais das Faculdades Integradas Campo-Grandenses/FIC em 2011, após presenciarmos situações reais de violação dos direitos humanos e do direito à sobrevivência de tantas populações nativas.

Situação essa que, acaba por provocar um sentimento de repulsa e de resistência nas consciências de pessoas que, solidárias com essa batalha desigual por direitos essenciais, colocam-se de mãos dadas com os mais vulneráveis que perdem o pouco que conquistaram nesse processo de pressão psicológica e “limpeza social” provocado pelo poder público.

Referências Bibliográficas

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2012.

IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Tinguá**. Brasília: Ibama. 2006.